


Filipa Nunes

-----ATA Nº 15-----

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Grijó, sito na Alameda do Mosteiro, a Assembleia de Freguesia reuniu em Sessão Extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um - Período de intervenção do público. -----

Ponto dois - Discussão e votação da proposta de Regulamento do Orçamento Participativo 2015. -----

Deu-se início à reunião na presença dos seguintes membros: -----

Pelo Partido Socialista (PS), José Manuel de Almeida Couto, Filipa Nunes Lopes Moura, José Domingos Gonçalves Correia, Fernando José Alves Pereira, José Carlos da Costa Ferreira e Francisco Manuel Jesus Silva. -----

Pela Coligação Gaia na Frente (PPD/PSD-CDS/PP), Ana Sofia de Sousa Félix, Adelino Luís Neves Costa, Gracelina Maria de Almeida Costa e Manuel Joaquim de Sousa Félix. --

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU), Francisco Manuel Borges. -----

Faltaram Paula Maria leal Dias Ferreira, da Coligação Gaia na Frente e o Sr. Joaquim Alberto da Silva Rocha, membro eleito pelo Grupo Renovador Independente por Grijó e Sermonde. -----

Pelo Executivo da Junta de Freguesia, estiveram presentes Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria João Costa e Manuel Quintas Sanhudo. -----

Dando início à reunião, o Sr. Presidente da Assembleia solicitou à Dra. Ana Félix que completasse a Mesa da Assembleia de Freguesia, em virtude de o 2º Secretário não estar presente. -----

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, deu-se início ao período destinado à intervenção ao público, após inscrição para o efeito. -----

O Sr. Carlos Ferreira requereu a limpeza da rua Presa Nova Nascente e a construção de saneamento público nesta mesma rua. -----

O Sr. António Marques questionou o Sr. Presidente de Junta se este já teria obtido resposta relativa à aclaração da situação da funcionária que estaria em incumprimento, bem como se a referida funcionária já estaria a realizar os respetivos descontos do vencimento auferido. Questionou, ainda, quais as dimensões dos covatos que estão a ser vendidos. -----



Respondendo ao Sr. Carlos Ferreira, o Sr. Presidente de Junta informou que estão em Grijó e Sermonde duas equipas de limpeza da SUMA e que só sairão da freguesia quando todas as ruas ficarem limpas. Relativamente ao saneamento público, esclareceu que será solicitado à empresa Águas de Gaia que analise a situação. -----

Em resposta ao Sr. Dr. António Marques, o Sr. Presidente de Junta informou que ainda não obteve resposta à aclaração solicitada, sendo que a funcionária em causa ainda não está a realizar descontos do vencimento auferido. Quanto aos covatos vendidos, estão de acordo com as dimensões previstas do regulamento em vigor. -----

Entrando no ponto dois da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente de Junta referiu que a criação do orçamento participativo já estava previsto no plano de atividades para 2015, sendo que o valor apresentado (dois mil euros), apesar de diminuto, é um valor para iniciar e que poderá ser aumentado futuramente. -----

Intervindo, o Sr. Francisco Borges alertou para o facto de na capa do documento conter, apenas, o termo “Orçamento”, quando este deveria estar precedido do termo “Regulamento”. Continuando, considerou tratar-se de um regulamento de um orçamento participativo que fica muito aquém do exigível e expectável para Grijó e Sermonde. Disse ter analisado outros orçamentos participativos, já aprovados noutras freguesias, tendo todos eles outra dinâmica e força de expressão. Relativamente à proposta de regulamento de orçamento participativo apresentado, não compreende as datas apresentadas nas etapas quatro e cinco, uma vez que a etapa quatro poderá ser concluída até dezembro e a etapa cinco só poderá ser concluída até novembro, pelo que se trataria, com certeza de um lapso. Na sua perspetiva, seria necessário dotar o regulamento do orçamento participativo de maior substância e utilidade para a freguesia. Assim sendo, O Sr. Francisco Borges passou a apresentar uma proposta da Coligação Democrática Unitária, a fim reforçar a qualidade do regulamento apresentado pelo Executivo, nomeadamente: alargamento a outras áreas de investimento, para além da educação e do desporto; extensão do orçamento participativo às coletividades e grupos de moradores; criação de uma comissão de acompanhamento e votação das propostas apresentadas, composta por membros não só do Executivo, mas também da Assembleia de Freguesia; aumentar o valor financeiro a disponibilizar para o orçamento participativo. -----

Concluindo a sua intervenção, solicitou à mesa que submetesse a dita proposta a votação. -



O Sr. Francisco Silva questionou se o formulário de inscrição poderá ser enviado via *e-mail*, bem como se a apresentação das propostas selecionadas terá que ser, obrigatoriamente, feita em Assembleia de Freguesia. Prosseguindo, perguntando como será feita a divulgação dos projetos selecionados e se a votação os projetos aprovados terá que ser unicamente presencial ou poderá também ser via eletrónica. -----

O Sr. José Domingos lamentou a intervenção redutora e negativa do Sr. Francisco Borges face ao documento em análise, visto ser a primeira proposta de orçamento participativo apresentado em Grijó nos últimos quarenta anos. Assim sendo, felicitou o Executivo pela sua concretização. Considerou a proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária interessante, pelo que, em seu entendimento, algumas das sugestões poderiam ser incorporadas em futuros orçamentos participativos. -----

Intervindo, o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que, no cumprimento da Lei, a mesa não poderia admitir a proposta apresentada pelo Sr. Francisco Borges, a menos que este a transformasse em proposta de recomendação ou que o Executivo entendesse integrar na sua proposta alguns tópicos da apresentada pela Coligação Democrática Unitária. Esclareceu, ainda, que o que estava em discussão era uma proposta apresentada pela Junta de Freguesia, logo, não fazia sentido admitir uma contraproposta ou proposta alternativa, o que constituiria uma ilegalidade. -----

Tomando a palavra, o Sr. Francisco Borges referiu não concordar com o exposto, uma vez que, deste modo, apenas se votam as propostas do Executivo, não podendo alterá-las. -----

Em resposta ao Sr. Francisco Silva, o Sr. Presidente de Junta informou que o formulário de submissão poderá ser enviado por *e-mail* ou carta. Quanto à divulgação dos projetos selecionados, estes terão que ser apresentados em Assembleia de Freguesia e, posteriormente, no *site* da junta e nos editais da freguesia. Em relação à votação, uma vez ser o primeiro orçamento participativo, para reduzir as intercorrências, a votação terá que ser presencial. -----

Respondendo ao Sr. Francisco Borges, o Sr. Presidente de Junta considerou peculiar a apresentação de um conjunto de alterações ao regulamento do orçamento participativo por parte da bancada da Coligação Democrática Unitária, uma vez que, na sessão da Assembleia de Freguesia de 30 de dezembro de 2014, o Sr. Francisco Borges foi inequivocamente contra a criação deste tipo de orçamento. Afirmou, ainda, que as

sugestões apresentadas como proposta alternativa poderão ser consideradas em futuros orçamentos participativos. No regulamento do orçamento participativo para 2015, o Sr. Presidente de Junta referiu que será enquadrada a sugestão relativa à criação de uma Comissão de Coordenação do Orçamento Participativo, constituída pelo Presidente da Junta de Freguesia, por um representante da Junta de Freguesia, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e por um membro eleito de cada uma das forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia. -----

O Sr. Francisco Borges confirmou ter sido contra a criação de um orçamento participativo, porém o documento apresentado pelo Executivo remete para um regulamento de orçamento participativo. Considerando que a Assembleia de Freguesia não poderá votar a proposta apresentada pela sua bancada, o Sr. Francisco Borges decidiu retirá-la. -----

O Sr. Presidente de Junta, fazendo a síntese da discussão do documento apresentado pelo Executivo, assumiu as seguintes alterações: acrescentar "Regulamento" na capa do documento; acrescentar a via eletrónica para a submissão do formulário de inscrição; retificar as datas nas etapas quatro e cinco; apresentação dos projetos selecionados em Assembleia de Freguesia e, posteriormente, no *site* da junta e nos editais da freguesia; criação de uma Comissão de Coordenação do Orçamento Participativo, nos termos acima enunciados, apesar de a Coligação Democrática Unitária ter retirado a sua proposta. -----

Submetido a votação, o Regulamento do Orçamento Participativo para 2015 foi aprovado com dez votos a favor das bancadas do Partido Socialista e da Coligação Gaia na Frente e um voto contra da bancada da Coligação Democrática Unitária. -----

Aqui chegados, foi lida a minuta de ata da presente Assembleia que, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

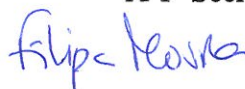
Nada mais havendo a tratar, eram vinte e duas horas e vinte minutos, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e pela 1ª secretária. -----

O Presidente da Assembleia



José Manuel de Almeida Couto, Prof. Doutor

A 1ª Secretária



Filipa Nunes Lopes Moura, Dr.ª